



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/COMISS2149

Processo nº 0010899-66.2023.6.05.8000

Tomada de Preços n.º 02/2023

Objeto: Contratação de empresa de engenharia ou arquitetura para a execução dos serviços de reforma do Fórum Eleitoral de Jacobina

RELATÓRIO FINAL DA LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, designada pela Portaria TRE-BA nº 828, de 24 outubro de 2022, reuniu-se na sala anteriormente usada pela 20ª Zona Eleitoral (Anexo I) para a abertura do certame em epígrafe.

Não houve pedidos de esclarecimento formulados por licitantes interessados em participar do certame.

Declarada aberta a sessão, em 04.09.2023, às 14h43, a Comissão de Licitação verificou quais foram os licitantes que acorreram ao certame e se havia representantes devidamente credenciados para, em seguida, receber os envelopes contendo os **documentos de habilitação** e de **proposta**, que estavam dispostos na forma estabelecida no edital, colhendo a assinatura dos representantes dos licitantes credenciadas na lista de presença.

Os licitantes fizeram-se representar por pessoa devidamente munida de credencial, elaborada em papel timbrado da empresa.

Foi informado a todos que a não apresentação do documento de credenciamento ou a sua incorreção não inabilitaria a licitante, mas impediria a sua representação na licitação. Neste caso, o portador dos envelopes poderia participar apenas como ouvinte, não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação, na qualidade de representante da licitante, em ata, ou mesmo se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

No instante da entrega da credencial, o licitante apresentou o estatuto ou o contrato social da empresa, tendo a Comissão de Licitação certificado que o outorgante era o titular dos poderes conferidos na procuração ou credencial.

O representante, no ato da entrega dos envelopes, identificou-se, exibindo cédula de identidade oficial e a documentação que comprova sua condição.

Como previsto no edital, em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), foi apresentada, por ocasião do credenciamento, declaração de que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possa gozar dos benefícios a ela outorgados.

Foi esclarecido aos presentes que a falsa declaração de que a entidade empresarial licitante é ME ou EPP, a fim de obter tratamento diferenciado, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas no art. 93 da Lei nº 8.666/93.

Também restou informado que, para que a ME/EPP exerça o direito de apresentar nova proposta, conforme condição 6.3 do Edital, seria obrigatória a presença do representante na sessão de julgamento das propostas.

As credenciais das licitantes que se fizeram representar legalmente na presente licitação e a declaração de ME/EPP foram apresentadas em separado dos envelopes de **DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA**, sendo retidos pela Comissão de Licitação, para o fim de juntada aos autos.

Ato contínuo, foram abertos, na presença dos interessados, os envelopes que contém os **documentos de habilitação** e também foi realizada consulta *on line* ao SICAF dos licitantes que acorreram à licitação, a saber:

Nome da Empresa: **BRITO E HORA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** / CNPJ nº 32.799.362/0001-80 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **CONSPLAN CONSTRUÇÕES LTDA** / CNPJ nº 22.295.264/0001-52 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **ELEMENTAR PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO EIRELI** / CNPJ: 00.895.905/0001-77 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** / CNPJ: 32.578.204/0001-09 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **LEMARC ENGENHARIA LTDA** / CNPJ: 20.008.490/0001-80 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **MURALHA CONSTRUTORA LTDA** / CNPJ: 07.549.731/0001-30 / Declaração de ME/EPP: Sim

Nome da Empresa: **RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI** / CNPJ: 25.317.069/0001-74 / Declaração de ME/EPP: Sim

Foi informado a todos que somente poderiam participar desta licitação as empresas do ramo, que estejam cadastradas no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, nos termos da Instrução Normativa/MPOG n.º 3, de 26.04.2018.

Procedidas as referidas consultas, foram impressas as declarações demonstrativas da situação dos participantes cadastrados no SICAF, que foram assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes dos licitantes presentes, para posterior juntada ao processo de licitação (doc. nº 2494467).

Após a consulta *on line* ao SICAF, a Comissão de Licitação procedeu à conferência dos documentos constantes do envelope de documentação, dando vista aos representantes dos licitantes presentes, que neles colocaram as suas rubricas.

Para melhor análise dos documentos/requisitos de habilitação dos licitantes, a Comissão de Licitação entendeu conveniente suspender a reunião e informou aos presentes que, encerrada a referida análise, o julgamento da Comissão de Licitação seria comunicado a todos, por e-mail e através da publicação da referida ata e dos documentos de habilitação no Portal da Transparência deste Tribunal, no seguinte endereço: [Editais das licitações 2023 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia \(tre-ba.jus.br\)](http://www.tre-ba.jus.br/editaldaslicitacoes2023).

Por oportuno, foi salientado a todos que, conforme previsto no edital do certame, as decisões da Comissão de Licitação seriam comunicadas mediante publicação na página Web, no endereço www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2023, na aba Tomada de Preços 02/2023, pelo menos por 01 (um) dia, salvo com referência àquelas que puderem ser comunicadas diretamente, mediante ofício, aos representantes legais dos licitantes, principalmente, quanto a:

- a) Habilitação ou inabilitação da licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Resultado de recurso porventura interposto; e
- d) Resultado de julgamento desta Tomada de Preços.

Dada a palavra aos licitantes, o representante da RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI, aduziu:

- a) Em relação à documentação da Empresa LEMARC ENGENHARIA LTDA, apresentou a Certidão do CNPJ do CREA/BA desatualizada, conforme art. 10, da Res. 1121, de 17.12.2019 (CONFEA);
- b) Em relação à documentação da Empresa FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, embora tenha apresentado a declaração de ME/EPP, a referida Empresa apresentou receita bruta operacional no ano de 2022 no valor de R\$ 5.232.715,50, isto é, superior ao limite de ME/EPP.

Também o representante da Empresa FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA entendeu por bem em consignar o ata o seguinte:

- a) Em relação ao apontado pela Empresa RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI, que a certidão da Junta Comercial também foi anexada por essa Empresa e a referida afirma que essa Empresa possui porte de ME/EPP.

Tendo em vista que a Comissão julgou necessário suspender a sessão, foi colhida a rubrica dos representantes dos licitantes presentes nos **envelopes de proposta**, colocando-os em uma única caixa de arquivo que foi lacrada na presença de todos, ficando sob a guarda da Comissão até nova data a ser marcada para a continuidade da sessão de julgamento.

Além de permitir a vista pelos licitantes, os documentos de habilitação foram integralmente publicados no Portal da Transparência deste Tribunal, na internet, para ciência de todos, tendo sido inclusive intimados de tal publicidade, conforme e-mail circular enviado pela Comissão (doc. nº 2494486).

Insta salientar preliminarmente que, durante a análise dos documentos, a Comissão recebeu da Empresa RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI os esclarecimentos acerca do que foi apontado pela mesma na ata de abertura do certame, no tocante à suposta violação do art. 10 da Resolução CONFEA nº 1.121, de 13.12.2019, por parte da Empresa LEMARC ENGENHARIA LTDA.

Sustentou a primeira licitante que a Certidão de Registro no CREA apresentada pela Empresa LEMARC ENGENHARIA LTDA não reflete a alteração social ocorrida em 19.04.2023, haja vista que o endereço-sede da mesma diverge do endereço atual da referida Empresa.

Aduz ainda a Empresa RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI que, conforme disposto na própria certidão apresentada o documento perderia a validade, caso ocorresse qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Em que pesem as razões sustentadas pela Empresa RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI, a Comissão entendeu que a Empresa LEMARC ENGENHARIA LTDA satisfaz ao pretendido por este Tribunal que foi o de demonstrar que possui situação ativa no referido CREA/BA, assim comprovando a consulta feita pela Comissão e acessível a todos (site: <https://crea-ba.sitac.com.br/publico/>), não sendo demais lembrar que as alterações sociais poderiam ser perfeitamente atualizadas no referido Conselho, por quaisquer dos licitantes, futuramente, tampouco não pode ser considerado razoável a hipótese de alijar da participação nesse certame nenhum contendor, por tal motivo, que poderia ser sanado pelo eventual vencedor.

O entendimento da Comissão vai ao encontro da jurisprudência firmemente estabelecida no Tribunal de Contas da União, conforme o teor do Acórdão 1071/2009 - Plenário.

Depois de reanalisar o balanço da empresa FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, a licitante responsável pelo apontamento em ata enviou e-mail à Comissão (doc. nº 2496408), reconhecendo que cometera um equívoco, uma vez que somara as receitas operacionais brutas, quando na verdade elas representavam a evolução do faturamento do ano de 2022. Por tal razão, solicitou que o seu apontamento sobre a referida Empresa fosse desconsiderado.

Assim, superada a preliminar arguida, foram analisados os documentos apresentados pelos licitantes, à luz das exigências previstas no capítulo III do ato convocatório, restando comprovado, por todos os licitantes que acorreram ao certame, o atendimento aos requisitos previstos no edital, decidindo a Comissão, em 14.09.2023, pela habilitação dos mesmos (doc. nº 2498564).

Na referida data, foi enviado e-mail aos licitantes e também foi publicado no Portal da Transparência deste Tribunal a decisão proferida pela Comissão, facultando às empresas interessadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a apresentação de recurso administrativo em face da referida decisão (doc. nº 2501432).

Conforme doc. nº 2530266, apenas a Empresa BRITO E HORA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA deixou de enviar termo de renúncia da decisão proferida pela Comissão, deixando escoar o prazo legal sem a apresentação de recurso.

Desse modo, a Comissão informou a todos da abertura das propostas, com data prevista para 26.09.2023, às 14h30 (docs. nº. 2510727 e 2510748).

Às 14h32 do dia aprazado, foi aberta a reunião, oportunidade em que foram exibidos aos licitantes presentes, já devidamente credenciados, a caixa arquivo contendo os envelopes das propostas dos licitantes habilitados e que haviam sido mantidos lacrados na reunião anterior.

Ato contínuo, abertos os envelopes contendo as propostas, foram os licitantes assim classificados, em ordem crescente do valor total proposto, a saber:

1º lugar - RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI - CNPJ: 25.317.069/0001-74 - R\$ 764.513,26

2º lugar - FIT SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 32.578.204/0001-09 - R\$ 786.236,22

3º lugar - MURALHA CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 07.549.731/0001-30 - R\$ 800.116,01

4º lugar - ELEMENTAR PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO EIRELI - CNPJ: 00.895.905/0001-77 - R\$ 856.891,82

5º lugar - CONSPLAN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 22.295.264/0001-52 - R\$ 895.842,86

6º lugar - LEMARC ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 20.008.490/0001-80 - R\$ 904.616,33

7º lugar - BRITO E HORA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 32.799.362/0001-80 - R\$ 935.955,35

Foi solicitado do licitante classificado em 1º lugar o envio de arquivo em formato excel contendo as planilhas que compõem o preço ofertado, tendo sido providenciado o envio por e-mail do arquivo solicitado.

Dada a palavra aos licitantes presentes, estes informaram não ter nada a consignar

em ata.

Por fim, com o intuito de dar amplo conhecimento a todos, foi informado que a ata de abertura e as propostas dos licitantes seriam publicadas, posteriormente, no Portal da Transparência, o que efetivamente ocorreu conforme docs. nº 2514694 e 2515632.

Assim, considerando que a oferta da licitante classificada em 1º lugar foi analisada à luz do art. 48 da Lei n.º 8.666/93, atende às formalidades e exigências editalícias e possui preço global na ordem aproximada de 80,32% do preço máximo estimado, a Comissão decidiu pela aceitação da proposta de preços apresentada pela Empresa **RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI - CNPJ: 25.317.069/0001-74**, detentora do 1º (primeiro) **MENOR PREÇO GLOBAL**, no valor de **R\$ 764.513,26** (Setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e treze reais e vinte e seis centavos), sagrando-a vencedora do certame, em 29.09.2023 (doc. nº 2518258).

Na mesma data, o julgamento da proposta proferido pela Comissão foi comunicado aos licitantes por e-mail circular e também foi publicado no Portal da Transparência deste Tribunal, com a abertura do prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso (doc. nº 2530141).

Conforme doc. nº 2530266, as Empresas LEMARC ENGENHARIA LTDA, MURALHA CONSTRUTORA LTDA e RIBEIRO CONSTRUTORA EIRELI firmaram termo de renúncia da decisão proferida pela Comissão e as demais deixaram escoar o prazo legal sem a apresentação de recurso.

Nada mais havendo a consignar, é o relatório final que ora submetemos à apreciação superior, por intermédio da ASSESD, de ordem.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Lima Silveira, Membro da Comissão**, em 09/10/2023, às 17:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gabriel Silva Vasconcelos Mota, Membro da Comissão**, em 09/10/2023, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Ribeiro Rocha, Presidente da Comissão**, em 09/10/2023, às 18:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Membro da Comissão**, em 10/10/2023, às 17:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2530268** e o código CRC **B160B65B**.